



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 9/2006

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA
NO DIA 09 DE MAIO DE 2006: -----**

-----Aos nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Ex.mo. sr. Presidente da Câmara, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, estando presentes os Vereadores senhores, Dr. Manuel de Jesus Martins, Prof^ª. Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Dr^ª. Sandra Margarida Santos Pereira e Dr. Luis Miguel dos Santos Grego. Secretariou a reunião o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em regime de substituição, Dr. João Adelino Faustino de Oliveira, designado secretário da presente reunião, por despacho do sr. Presidente da Câmara, de 08 de Maio corrente, tendo o mesmo sido assessorado pela estagiária Dr. Carla dos Santos Martins, nos termos do aludido despacho. Presente, também, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Eng^º. Rui Manuel Reixa da Cruz Silva. Seguidamente, foram postas à aprovação as actas das reuniões anteriores, designadamente, da reunião ordinária realizada em 11 de Abril e extraordinária de 18 do mesmo mês, não tendo as mesmas sido lidas por terem sido distribuídos, previamente, os respectivos textos pelos senhores Vereadores, as quais foram aprovadas por unanimidade e assinadas.-----

---- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

---- Nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou justificar as faltas dos srs. Vereadores, Dr. Luís Manuel Neves Rocha e Dr. João Carlos da Silva Rua. ----

---- FINANÇAS MUNICIPAIS: -----

---- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 86 de 08 de Maio de 2006, o qual acusa um saldo orçamental de 982.096,38 €(novecentos e oitenta e dois mil, noventa e seis euros e trinta e oito cêntimos).-----

---- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

---- Neste espaço da reunião não esteve presente a sr^ª. Vereadora Dr^ª. Sandra Margarida Pereira. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- O sr. Presidente da Câmara deu início aos trabalhos reportando-se à recente mudança verificada na Divisão Administrativa e Financeira, começando por louvar e agradecer o trabalho até ali desempenhado pela Dr^a. Cristina Morais, no período em que tinha assumido a responsabilidade da D.A.F., tendo por todos sido apreciada a forma empenhada como tinha trabalhado, do mesmo passo que deu as boas-vindas ao novo Chefe de Divisão, Dr. João Oliveira, dizendo ainda que continuava a contar com o apoio de toda a equipa para resolver alguns assuntos delicados existentes na Autarquia.-----

---- Interveio, a sr^a. Vereadora Prof^a. Lurdes Mesquita que, em primeiro lugar, informou que a ausência do Dr. Luis Rocha se justificava por motivo de doença, do mesmo passo que o Dr. João Rua se encontrava no concelho de Benavente, em trabalho, pelo que também não poderia estar presente. De seguida, deu as boas-vindas ao Dr. João Oliveira, desejando-lhe os melhores sucessos profissionais ao serviço da Autarquia. Reportou-se, depois, às seguintes situações: o problema da água da rede, que se tinha revelado pior nos últimos tempos, pelo menos na zona da Lagoa; dois pedidos escritos que tinha entregue ao sr. Presidente da Câmara, há cerca de 2 meses e aos quais não tinha ainda obtido resposta; a possibilidade de consulta das facturas detalhadas do número verde da Câmara Municipal, respeitantes ao ano de 2005; os passeios executados na Lagoa, praticamente em período de campanha eleitoral, que estavam a ficar cheios de ervas e seria bom que fosse preservado o que estava feito e, por fim, o ponto da situação da escolinha de hóquei em patins, uma vez que tinha conhecimento de alguns comentários de que não estaria a correr muito bem.-----

---- Na resposta, o sr. Presidente da Câmara entregou à sr^a. Vereadora as informações solicitadas há já algum tempo, justificando que o seu atraso se prendia com a necessidade que tinha tido de obter algumas informações precisas acerca de algumas questões. Relativamente à consulta das facturas detalhadas do número verde da Câmara Municipal, disse à sr^a. Vereadora para formular o pedido por escrito e ser-lhe-ia dada resposta. Sobre o problema dos passeios, disse que não era só na Lagoa e a Câmara trazia várias equipas de trabalhadores para tentar resolver o problema das ervas na beira das estradas, contando também com a ajuda dos serviços florestais e ainda das Juntas de Freguesia, mas era sempre um problema difícil de resolução porque as ervas cresciam muito rapidamente e talvez fosse até bom reactivarem-se algumas parcerias com as



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

associações no sentido de cada um se empenhar pelo bem-estar da sua terra, pois a Câmara não tinha capacidade de, por si só, conseguir preservar os espaços públicos, assim como também os terrenos privados que abundavam pelo concelho, infestados de silvas e matos, pelo que seria necessário reiniciarem-se campanhas de sensibilização, no sentido de se conseguir um concelho mais limpo.-----

---- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra para esclarecer relativamente à escola de hóquei em patins, dizendo que era uma questão complexa para resolver mas simples de responder; que, não se aceitava chantagem de quem quer que fosse, designadamente que quem estava a monitorar as aulas, que fizessem pressão sobre a autarquia para proceder aos pagamentos, ainda por cima difíceis de fazer; que, iria haver alteração de monitores, uma vez que lhe tinha sido comunicado, não pelos monitores, mas por alguém que tinha tido a gentileza de o fazer, que a partir do próximo Sábado, os actuais monitores deixariam de exercer funções, quando até já tinham faltado duas vezes, sem dar nenhuma explicação, tendo inclusivamente subido o preço, ao abrigo de um pretense acordo que teriam feito; que, não aceitavam esse tipo de comportamento de quem quer que fosse, já tinham providenciado novos monitores que iriam iniciar já na próxima semana, o que iria ser comunicado em reunião de pais a realizar no próximo dia 13; que, o Lagonense, associação que iria servir de base à escola, estava em período eleitoral e tinha entendido por bem não assumir esse compromisso formalmente nesta fase, enquanto não houvesse nova direcção; que, havia, de facto, alguns pagamentos em atraso, aquilo que os pais pagavam não era suficiente para cobrir as despesas e não havia suporte, pelo que em próxima reunião seria apresentada uma proposta para tentar regularizar a situação da prestação de serviço dos monitores de patinagem. Relativamente às facturas respeitantes à utilização do número verde, disse que não tinha percebido a questão, ele próprio era um acérrimo utilizador do número verde, achava até que deveria ser mais divulgado e tinha ficado um pouco intrigado; que, entendia que deveria até ser mais utilizado e mais divulgado, era um grande benefício para os munícipes e estes não tinham ainda a consciência de que tinham ali uma forma barata de poder estabelecer contacto com os serviços da Autarquia.-----

---- Para esclarecer relativamente ao problema da água da rede, o Chefe da D.O.M., Eng.º. Rui Silva interveio e disse que a qualidade tinha directamente a ver com o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

consumo, tendo-se verificado um aumento significativo na semana da Páscoa, o que tinha obrigado os serviços a ligarem os furos antigos para fazer face ao aumento do consumo, assim como no último fim-de-semana prolongado, o que tinha dado origem a uma pior qualidade da água de abastecimento público, embora estivessem a ser cumpridos os parâmetros legalmente exigidos, mas a cor da água sofria alteração; que, já tinham sido estabelecidos contactos com a CCDR-C, a fim de ser autorizada a execução de um novo furo, estando já a ser tratada a formalização do pedido. -----

---- A sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita disse que, relativamente à qualidade da água, tinha dúvidas que ela se mantivesse, pelo menos para a questão da lavagem das roupas era complicado porque a roupa branca ficava toda amarela. Sobre a utilização do número verde, disse que não queria fazer mais qualquer comentário e que iria formular o pedido por escrito. Quanto aos pedidos de informação solicitados anteriormente, disse que tinha feito dois pedidos e só lhe tinha sido dada uma informação. O sr. Presidente da Câmara disse que não tinha bem presente o assunto e que se a sr^a. Vereadora quisesse poderia novamente fazer o pedido, mesmo de forma verbal, ao que a sr^a. Vereadora disse que o faria na próxima reunião. Quanto ao problema da escola de patinagem, disse que estava a par do que se passava com o Lagonense, que sabia que não era uma situação fácil, que era uma escola que teria certamente alguns custos e apenas tinha agora falado no assunto porque a pressão, mesmo sobre si, começava a ser alguma; que, tal como tinha já transmitido ao sr. Vereador, o preço que tinha sido acordado consigo tinha sido aquele e não outro e nada mais queria referir. Sobre os problemas dos passeios, disse que esperava que as equipas fizessem o melhor possível no sentido de se embelezar o concelho.-----

---- Novamente, usou da palavra o sr. Vereador Dr. Miguel Grego que se referiu outra vez à escola de patinagem, dizendo que havia duas questões que não entendia e que, sobretudo, tinha dificuldade em tolerar; que, existia uma pressão indirecta por parte de quem estava a monitorizar as aulas sobre os pais das crianças, havendo alguma forma de manipular, ameaçando não darem mais aulas, que não estavam motivados, quando estavam a receber por prestação de serviço e se não estavam motivados tinham um caminho muito simples; que, apesar de existir apenas um acordo verbal, a Câmara, como entidade de bem, tem cumprido integralmente as suas obrigações e irá cumprir



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

com tudo o que foi verbalmente acordado, pelo que não compreendia muito bem a posição dos monitores; que, sentia que, da parte de alguns pais que não conheciam muito bem a realidade do concelho ou não conheciam a realidade das escolas de formação do concelho, que queriam algum tipo de privilégio para aquela escola por lá terem os seus filhos, o que não conseguia entender, uma vez que existiam várias escolas de formação, de atletismo, de basquete, de canoagem, de vela, de fut-sal, de natação, etc., e no tocante àquela tinha sido criada a ideia que haveria algum regime de exceção, o que era de lamentar, pois a postura da Câmara Municipal era de igualdade para todos os tipos de desportos e de escolinhas de formação e de oportunidades para se praticar desporto, tendo-se incentivado bastante para que a escola não seja apenas uma escolinha de patinagem e se dê o salto para a competição e para isso têm-se estimulado os pais para que, embora o suporte seja o Lagonense, se dinamizem e se avance para a competição, porquanto a Câmara não tinha vocação para gerir clubes desportivos; que, inclusivamente, a Câmara tinha assumido o pagamento integral dos exames médicos e da inscrição das crianças para que pudessem estar cobertos pelo seguro desportivo, tendo pago e remetido os impressos, coisa que não tinha feito com mais nenhuma escola de formação, daí que não compreendesse que se dissesse que a Câmara Municipal não tem apoiado. A terminar, reportou-se à declaração de voto do sr. Vereador Dr. Luis Rocha na reunião anterior, a qual, disse, se tinha tornado numa manifestação quase política, porque tinha sido divulgada e havia alguns dados que tinha dificuldade em perceber, mas, uma vez que o visado não estava presente, aguardaria para melhor oportunidade para fazer uma intervenção acerca do assunto. -----

---- O sr. Presidente da Câmara disse que também essa era a sua posição uma vez que o sr. Vereador Dr. Luis Rocha não estava presente, mas, sendo a declaração de voto subscrita por todos os Vereadores do PSD e estando presente um elemento, a Vereadora Prof^a. Lurdes, pretendia fazer a seguinte intervenção: a referida declaração de voto tinha sido publicada em diversos jornais, estava em acta e era pública e merecia alguns comentários; que, tinha que começar a questionar os serviços cada vez mais, porque como a própria declaração de voto dizia, tinha-se baseado num documento técnico da própria conta de gerência e tinha que questionar os serviços porque todas as declarações que pudessem sair da sua boca, designadamente no que toca a situações de gestão, se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

baseavam sempre em informações técnicas e contabilísticas e partia do princípio que quando fazia essas afirmações não estava a ser ludibriado pelos técnicos, até porque havia provas mais do que dadas de que eram bons técnicos, particularmente na questão financeira, sendo as informações dadas pela Dr^a. Cristina Morais que estava bem por dentro dos problemas da Contabilidade; que, pensava que a questão devia ser clarificada; que, todos tinham o dever e o direito de passar para a opinião pública o que estava e não estava correcto, de forma rigorosa e se, como dizia a declaração de voto, não estava a passar essa mensagem, teria que se penitenciar e ver porquê; que, a declaração de voto referia *“Finalmente, termina-se esta declaração marcando e vincando bem um número: o endividamento que é em Dezembro de 2005 de 7.587.077 €, ou seja, exactamente metade do valor que o actual Presidente da Câmara Dr. João Reigota tem, erradamente e incompreensivelmente, vindo a anunciar nos vários órgãos de comunicação social, nas várias entrevistas que concedeu, falando de 14 milhões de euros. Recordar ainda que em 2001, quando o Dr. João Reigota deixou o executivo da CMM a dívida era já superior aos 7 milhões de euros. Ou seja, a dívida de hoje é a dívida deixada pelo Dr. João Reigota. Por último, uma palavra para a conclusão do Presidente da Câmara quando afirma que as dificuldades da autarquia são evidentes e que é necessário agir com determinação, contenção e rigor. É uma conclusão meramente política...”*; que, na mesma declaração eram ainda referidas algumas coisas positivas feitas pelo anterior executivo e que eram de realçar, mas também referia muitas questões que eram pertinentes na sua análise; que, era sempre necessário recorrer aos técnicos e conciliar as informações para passar a mensagem correcta para o público e que, numa próxima oportunidade voltaria ao assunto no sentido de tudo ficar esclarecido. -----

---- A sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes interveio para dizer que não tinha percebido a intervenção do sr. Presidente, que tinha feito vários considerandos, com toda a legitimidade, mas não tinha feito qualquer pergunta e pretendia saber se lhe tinha sido colocada alguma questão. -----

---- O sr. Presidente respondeu que a sua intervenção tinha sido clara e nunca no sentido de colocar nenhuma questão à sr^a. Vereadora; que, o Presidente da Câmara não estava ali para levantar questões, estava para responder às questões que lhe fossem



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

apresentadas e não tinha colocado qualquer questão e tinha sido muito claro ao afirmar que era preciso coordenar a informação com os serviços e que numa próxima oportunidade poderia melhor desenvolver o assunto; que, quando se dizia que em 2001 a dívida deixada pelo Dr. João Reigota era já superior a 7 milhões, pelo que a dívida actual era igual à deixada pelo Dr. João Reigota, não podia concordar, não eram essas as informações que tinha dos serviços, o que lhe era transmitido era que a dívida e os compromissos quando tinha integrado o actual executivo era muito superior à dívida do seu anterior mandato e, assim sendo, aquela declaração de voto não estava correcta porque partia de pressupostos errados.-----

---- Seguiu-se a intervenção do sr. Vereador Dr. Miguel Grego que, reportando-se ainda à declaração de voto conjunta dos senhores Vereadores do PSD, se referiu a algumas afirmações contidas na mesma e que não correspondiam à verdade, tais como: o fornecimento de refeições a todas as Escolas, que tinha sido iniciado mas não abrangia todos os estabelecimentos, o PDM que tinha sido elaborado, mas não estava ainda em vigor nem tinha eficácia plena, a questão do pessoal que, segundo informações que tinha e eram dados enviados pela Câmara para o Instituto Nacional de Estatística e não batiam certo com os que eram mencionados na declaração de voto e passavam uma imagem completamente diferente do concelho. Para além disso, referiu ainda uma questão que, particularmente, o deixava um pouco melindrado que era os projectos do “Aveiro Digital”; que, era um grande entusiasta e defensor, assim como outras pessoas, dos referidos projectos, embora fosse crítico em relação a algumas coisas e reconhecia que a postura da Câmara tem sido de grande empenhamento e grande sacrifício e, por vezes criava-se uma grande confusão entre três patamares muito distintos: uma coisa eram os projectos “Aveiro Digital”, outra era a “Modernização Administrativa” e outra era a “Certificação dos Serviços”; que, esta última, tinha sido iniciada e interrompida, mas tinha sido retomada de novo; que, o projecto da “Modernização Administrativa” tinha sido chumbado e iria haver nova candidatura e quando se falava em modernização, poderia estar a falar-se no atendimento ao munícipe, no âmbito do projecto “Sal-ON-line”, que eram coisas completamente distintas; que, o projecto da Unidade Orgânica Transitória da Modernização Administrativa tinha três objectivos específicos, em que um deles tinha ficado esvaziado porque não tinha sido aprovado o programa, que era a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

questão da modernização. Por fim, abordou uma questão que, em seu entender, carecia uma posição conjunta de todo o executivo e que se prendia com uma ameaça da Federação de Patinagem com recurso ao tribunal, para recebimento de uma suposta verba em dívida, proveniente de uma interpretação em sentido muito lato do protocolo assinado, pelo que tinha que ser tomada uma posição, pois tratava-se de uma verba avultada de cerca de 8.845,00 €e da qual não aparecia a factura original; que, a Câmara tem colaborado com a Federação, a equipa sénior vira estagiar para Mira e a júnior já cá estagiou, mas a Câmara provavelmente terá que fazer valer os seus direitos e não se pode delapidar o património do município por uma interpretação abusiva de um protocolo. -----

---- A sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita disse que, também ela, sempre tinha achado que a interpretação do protocolo assinado feita pela Federação era muito abusiva; que, não tinha sido aprovada a deslocação de pessoas em carros e tinha tido conhecimento de que se tinham deslocado duas pessoas na mesma viatura e tinham cobrado o correspondente a duas pessoas, ainda por cima, num montante superior ao praticado na Administração Pública, quando o que tinha sido combinado tinha sido o fornecimento de bilhetes de transporte; que, na altura, tinha deixado o dossier com a Chefe da D.A.F. porque achava que era um abuso o que estavam a fazer; que, pensava que a melhor forma de resolver o problema, era conversar com o presidente da Federação, o sr. Fernando Claro, que era pessoa muito mais compreensiva do que o sr. Aníbal Gomes e provavelmente nem saberia o que se estava a passar; que, não tinha concordado com as contas que lhe tinham sido apresentadas, daí que tivesse solicitado que a Chefe de Divisão se pronunciasse e disponibilizou-se para poder assinar o que fosse preciso no sentido de que estava de acordo e solidária com o Executivo sobre aquele assunto, porque sabia que era abusivo, da parte da Federação, o que estavam a fazer, porque não tinha sido assim que tinha sido acordado, inclusivamente, tinham tido muito mais da parte da Câmara do que aquilo que tinha sido acordado, tudo tendo sido feito para que o campeonato corresse da melhor forma possível, caso contrário, teria havido problemas, pelo que se manifestou disponível para o que fosse necessário. Ainda em relação à declaração de voto, disse que todos sabiam que a Matemática era uma ciência exacta e que os números eram o que eram; que, se calhar, tinham andado a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

consultar documentos diferentes, mas a declaração de voto que tinha sido apresentada, se fundamentava na documentação que lhes tinha sido fornecida e para que todos ficassem bem informados, deveria haver honestidade, deviam ser apresentados números concretos para se saber o que era verdade e que se divulgasse; que, gostava sempre de saber onde tinha errado e assumia o que fazia e que todos deviam fazer os possíveis por credibilizar a política, sobretudo perante os jovens e fazer algo pelo futuro. -----

---- O sr. Presidente da Câmara interveio e disse que tinha gostado da intervenção da sr^a. Vereadora, no fundo até se identificava com as suas afirmações que iam de encontro àquilo que tinha dito anteriormente, mas que tinha algum receio que entre as palavras e as boas intenções e as obras, na prática, não se cumprisse o que era dito em teoria e aquela declaração de voto negava tudo aquilo que estava dito; que, não entendia quando os serviços financeiros da autarquia lhe davam informações sobre a difícil situação financeira da autarquia, quem for ler a declaração de voto ficará com a sensação de que a Câmara está a “nadar” em dinheiro; que, se referia *“numa análise económica e financeira a autarquia teve resultado líquido positivo em 2005 de 1.325.866,00 €, o que, face ao quadro geral das autarquias, é um excelente resultado (por exemplo a CM de Coimbra apresentou um resultado operacional negativo da ordem dos 9 milhões de euros)”* e fazer comparações com a desgraça também não estava certo e não era esse o caminho; que, era sabido e estava comprovado pelos serviços que a situação da Câmara não era fácil, a capacidade de endividamento era negativa, com compromissos assumidos e dívidas avultadas e quem lia a declaração de voto nos jornais ficava com uma imagem totalmente diferente, parecendo até que tudo estava muito bem. Seguidamente, solicitou à Dr^a. Cristina Morais que fizesse uma explicação a todo o executivo sobre a verdadeira situação financeira da autarquia e disse ainda que, se fosse possível, daria autorização aos serviços para fazerem uma nota elucidativa à imprensa, para que deixassem de ser conotados com artigos políticos, quer de um lado quer do outro, de forma a que a população que ali representavam ficasse devidamente informada e esclarecida. -----

---- A Dr^a. Cristina Morais começou, então, por referir que a Câmara Municipal de Mira estava bastante endividada, com capacidade de endividamento negativa e deviam ser esses os dados que, efectivamente, deveriam ser realçados; que, existia uma



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

diferença: por um lado, o que significava “dívida” e, por outro, o que significava “compromissos assumidos”; que, obviamente, a dívida era apenas a diferença entre aquilo que estava facturado e pago e o valor dos compromissos assumidos era uma responsabilidade que a Câmara Municipal tinha assumido perante terceiros; que, quando se falava de dívida, se apontava para um valor de cerca de sete milhões e meio de euros, mas em termos de compromissos assumidos atingir-se-ia o valor que tinha sido mencionado; que, em relação aos resultados, eles poderiam ser, de certa forma, falseados, em virtude da forma como são contabilizados; que, as taxas de amortização eram bastante baixas, a Câmara ainda não tinha procedido ao apuramento dos custos e à contabilização das existências porque não tem condições físicas para proceder a esse controle a nível de armazém, além de outros condicionalismos, a nível contabilísticos que têm a ver com a implementação da contabilidade patrimonial e do POCAL, na sua plena globalidade, pelo que se devia atender ao que era transmitido através dos números da contabilidade orçamental, porque era o suporte para a autarquia, com base num plano e orçamento e taxas de execução e não tanto em outra esfera porque distorcia um pouco a realidade actual.-----

---- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA: (Artº. 87º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro):-----**

---- Foram tomadas as seguintes deliberações:-----

----- **A) DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: -----**

---- **RATIFICAÇÃO DE PRÁTICA DE ACTOS NO ÂMBITO DO Nº 3 DO ARTº. 68º. DA LEI Nº. 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA ACTUAL REDACÇÃO – CESSÃO DE CRÉDITOS DA FIRMA “TERSERRA – TERRAPLANAGENS DA SERRA, LDª.”, À “BNP FACTOR – COMPANHIA INTERNACIONAL DE AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS, S.A.”, NO VALOR DE 25.181,63 €-----**

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 114/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 21 de Abril de 2006, no sentido de ser ratificado o acto por si praticado na mesma data, autorizando a cessão de créditos da firma “Terserra – Terraplanagens da Serra, Ldª.”, à “BNP FACTOR, S.A.”, no valor de 25.181,63 € correspondente à factura nº. 06000115.-----

---- **3ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL/3ª. ALTERAÇÃO AO PPI/3ª. ALTERAÇÃO ÀS AMR – ANO DE 2006:-----**



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 115/06*, do sr. Presidente da Câmara, de 05 de Maio de 2006, contendo a 3ª. Alteração Orçamental, ao Plano Plurianual de Investimentos e às Actividades Mais Relevantes, do ano de 2006, cifrada em 25.000,00 €(vinte e cinco mil euros). -----

---- RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO – PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO RELATIVA A ACIDENTE DE VIAÇÃO:-----

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 116/06*, de 04 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido da Câmara Municipal assumir o pagamento de indemnização no valor de 157,52 €(cento e cinquenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos) a João Manuel Jesus Ferreira, vítima de acidente de viação ocorrido na Praia de Mira em 19 de Março findo, ocasionado por falta de sinalização de obstáculo na via pública, a qual compete ao município, nos termos do disposto no art.º 2º. da Lei n.º 2110, de 19 de Agosto de 1961 e n.º 1 do art.º 46º. do Código Administrativo. -----

---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS ALUNOS DO 1º. CEB E JARDINS DE INFÂNCIA, DESTINADO A REALIZAÇÃO DE VIAGENS DE ESTUDO: -----

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 117/06*, de 05 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de serem atribuídos os seguintes subsídios aos alunos das Escolas do 1º. Ciclo e Jardins de Infância da rede pública do concelho de Mira, para uma visita de estudo por ano e por turma: 3,50 €por aluno, nas visitas de estudo até 27 alunos e 5,00 € por aluno, nas visitas que tenham mais de 27 alunos. -----

---- AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES MENSAS:-----

---- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 118/06*, de 05 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizado o pagamento de ramais de água em 5 prestações mensais, nos termos requeridos por António da Costa Correia e Maria de Lurdes Sacramento Seabra, residentes em Cabeças-Verdes e Luís Miguel Batista Leitão, residente em Carromeu, conforme previstos no n.º. 3, do artº. 3º. do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água. --

---- AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE RAMAL DOMICILIÁRIO DE ESGOTOS EM PRESTAÇÕES MENSAS: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 119/06*, de 05 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizado o pagamento de ramal de esgotos em 5 prestações mensais, nos termos requeridos por Luís Miguel Batista Leitão, residente em Carromeu, conforme previstos no n.º 1, do art.º 9.º do Regulamento Municipal de Saneamento.-----

---- **Assuntos da Divisão Administrativa e Financeira não incluídos na ordem de trabalhos da reunião, analisados e votados ao abrigo da parte final do art.º 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

---- **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE LEITÕES**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 120/06*, de 08 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um subsídio no montante de 3.596,88 € (três mil, quinhentos e noventa e seis euros e oitenta e oito cêntimos) à Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Recreativa de Leitões, destinado a aquisição de materiais para vedação de campo de jogos, por conta do protocolo a celebrar com a referida Associação.-----

---- **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE RAMALHEIRO**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 121/06*, de 05 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um subsídio no montante de 2.117,50 € (dois mil, cento e dezassete euros e cinquenta cêntimos) à Comissão de Melhoramentos de Ramalheiro, destinado a aquisição de materiais para pintura da Escola Primária, reparação e substituição de portas e grades de ferro para protecção de janelas, por conta do protocolo a celebrar com a referida Comissão.-----

----- **B) DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:**-----

---- **LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS AUTORIZADOS PELO SR. VICE - PRESIDENTE, NO CONTEXTO DA DELEGAÇÃO E SUB-DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- Foi tomado conhecimento, para cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Janeiro, da listagem de processos de obras despachados pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, no contexto da delegação e sub-delegação de competências, no período que medeia entre a reunião de 11 de Abril findo e o dia 05 de Maio corrente, bem como, dos respectivos despachos que sobre os mesmos recaíram, conforme relação anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante.-----

----- **C) DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

---- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A INCUBADORA DE EMPRESAS - SANEAMENTO NA RUA DO MATADOURO – APROVAÇÃO DE PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS E ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da *proposta n.º 123/06*, de 09 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, referente a despacho por si proferido na mesma data, aprovando o projecto, programa de concurso e caderno de encargos, bem como a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio referente à empreitada de execução de infra-estruturas para Incubadora de Empresas – Saneamento na Rua do Matadouro. -----

----- **C) DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, CULTURA E DESPORTO:** -----

---- **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DESTINADO À REALIZAÇÃO DA 28ª. EDIÇÃO DO GRANDE PRÉMIO ABIMOTA, EM CICLISMO:** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 124/06*, de 03 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros) à ABIMOTA, destinado à realização do “28º. Grande Prémio Abimota”, em ciclismo.-----

---- **APOIO AO CAMPEONATO NACIONAL DE VOLEIBOL DE PRAIA 2006 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROTOCOLO:** -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 125/06*, de 03 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Mira e a Federação Portuguesa de Voleibol, tendo em vista a realização do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia 2006, a qual se encontra anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO MONTANTE DE 5.000,00 € AO TOURING CLUB PRAIA DE MIRA:-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 126/06*, de 04 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um subsídio no montante de 5.000,00 €(cinco mil euros) ao Touring Club Praia, por conta do subsídio anual a atribuir ao referido clube. -----

---- DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAL PARA O LAGONENSE FUTEBOL CLUBE:-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 127/06*, de 04 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser disponibilizado material, no valor de 717,25 €(setecentos e dezassete euros e vinte e cinco cêntimos), ao Lagonense Futebol Clube, destinado à substituição de forno e reparação de fontanário, conforme deliberação de 27 de Setembro de 2005, sendo a mesma por conta do protocolo a celebrar com a referida associação.-----

---- A sr^a. Vereadora Prof^a. Lurdes Mesquita quis saber qual a razão de ser da proposta, uma vez que tinha já sido deliberado em Setembro de 2005 a cedência do material, sendo agora feita uma proposta idêntica mas em termos de verba. -----

---- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego respondeu que o executivo anterior tinha autorizado a cedência de materiais, por entender, na altura, que poderia, eventualmente, conseguir preços mais vantajosos, o que seria traduzido posteriormente em verba, mas não tinha sido efectivada essa cedência, o que estava agora a ser proposto. -----

---- APOIO À REALIZAÇÃO DA FINAL-FOUR DA TAÇA DISTRITAL DE SENIORES MASCULINOS - FUTSAL:-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 128/06*, de 04 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser apoiada a realização da final-four da taça distrital de seniores masculinos – futsal, através da cedência do Pavilhão Municipal dos Desportos, tendo em vista a realização do evento, a levar a efeito nos dias 20 e 21 de Maio corrente. -----

---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO, NO VALOR DE 250,00 € À ASTROEMIR:-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 129/06*, de 04 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um subsídio no montante de 250,00 €(duzentos e cinquenta euros) à “Astroemir – Núcleo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

da Astronomia da Associação Cultural e Desportiva EMIR”, de Mira, destinado à colaboração nas despesas inerentes à participação do responsável, acompanhado de dois alunos das áreas científicas da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida, no “International Space Camp”, da NASA – Agência Espacial Americana, em Huntsville, Alabama – Estados Unidos da América. -----

---- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO, NO VALOR DE 200,00 € AO GRUPO MOTARD DO CORTICEIRO DE BAIXO:-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 130/06*, de 04 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) ao Grupo Motard do Corticeiro de Baixo, destinado a custear as despesas inerentes à realização da “IV Concentração Motard” e ainda a oferta de algumas lembranças (sacos com publicidade alusiva ao concelho, pin’s e t’shirts) e empréstimo de grades de protecção. -----

---- REALIZAÇÃO DA 1ª. EDIÇÃO DA MOSTRA “MIRA COREOGRÁFICA”:-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 131/06*, de 04 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser promovida a realização da 1ª. edição da mostra “Mira Coreográfica”, a realizar no dia 20 de Maio corrente, no pavilhão do Clube Domus Nostra, em Portomar, assumindo a Autarquia as despesas inerentes ao som, impressão de t’shirts e divulgação do evento.-----

---- APOIO À MUNÍCIPE CARENCIADA MARIA PIEDADE DOMINGUES SOARES:

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 132/06*, de 05 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a redução do pagamento da mensalidade devida pela frequência de duas crianças na Pré-Primária da Praia de Mira, em 50%, durante o restante ano lectivo de 2005/2006, dada a carência comprovada da munícipe em causa conforme relatório social anexo à referida proposta. -----

---- APOIO À MUNÍCIPE CARENCIADA DONZÍLIA DE JESUS CARINHA:-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 133/06*, de 05 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser autorizada a isenção do pagamento da mensalidade devida pela frequência de uma criança na Pré-Primária da Barra de Mira, em 50%, durante o restante ano lectivo de 2005/2006, dada a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

carência comprovada da munícipe em causa conforme relatório social anexo à referida proposta. -----

---- **Assunto da Divisão da Divisão de Acção Social, Cultura e Desporto não incluído na ordem de trabalhos da reunião, analisado e votado ao abrigo da parte final do artº. 83º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

---- **ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE INSTALAÇÃO DE RAMAL DE ÁGUA E LUZ A MUNÍCIPE CARENCIADA GRAÇA DOMINGUES ALEGRIO:**-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta n.º 134/06*, de 09 de Maio corrente, do sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um subsídio no montante de 287,15 €(duzentos e oitenta e sete euros e quinze cêntimos), à munícipe carenciada D. Graça Domingues Alegrio, destinado a fazer face às despesas com a ligação de água e electricidade à sua habitação. -----

---- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo sr. Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 15:50 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respectiva acta, nos termos e para os efeitos do disposto no nº. 4 do artº. 92º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

---- E, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, _____ na qualidade de secretário, redigi.-----

(*Presidente da Câmara: João Maria Ribeiro Reigota, Dr.)*)

(*Secretário: João Adelino Faustino de Oliveira, Dr.*)